

**GESPAÇOS**

Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

# Relatório e Contas 2016



## Índice

### **Mensagem do Conselho de Administração**

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
  - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
  - 2.2. Desenvolvimento dos Projetos
    - 2.2.1. Escolas de Natação e Pólo
    - 2.2.2. Desporto escolar
    - 2.2.3. Apoio ao desporto
    - 2.2.4. Natação para alunos deficientes
    - 2.2.5. Manutenção
    - 2.2.6. Recreação
    - 2.2.7. Aeróbica
    - 2.2.8. Ginásio
    - 2.2.9. Hidroginástica
    - 2.2.10. Hidro Cycling
    - 2.2.11. Promoção do desporto
    - 2.2.12. Projeto Sénior
    - 2.2.13. Outros projetos
    - 2.2.14. Frequência do complexo das Piscinas
  - 2.3. Responsabilidade Social
  - 2.4. Divulgação de projetos e atividades
  - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços
3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

### **Situação Económica e Financeira**

1. Enquadramento macroeconómico
2. Situação da Empresa
  - 2.1. Rendimentos e Gastos
  - 2.2. Resultados
  - 2.3. Situação Patrimonial
  - 2.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
  - 2.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
  - 2.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social
  - 2.7. Factos relevantes
    - 2.7.1. Liquidação de IVA
    - 2.7.2. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF

### **Evolução previsível da Empresa**

### **Proposta de Aplicação de Resultados**

### **Considerações Finais**

### **Anexo ao Relatório de Gestão**

### **Demonstrações Financeiras**

### **Anexos às Demonstrações Financeiras**

### **Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único**



# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Ao entrar no seu quarto ano de mandato, o atual Conselho de Administração, que tomou posse a 12 de fevereiro de 2014, apresenta agora o **Relatório e Contas do ano de 2016**, o segundo que é integralmente da sua responsabilidade.

Depois do resultado negativo (em cerca de 400 mil euros) apresentado no exercício de 2013, a consolidação das contas da Gespaços nos exercícios seguintes de 2014, 2015 e agora 2016, é um facto capaz de transmitir o trabalho exaustivo de recuperação da credibilidade da empresa e da implementação de uma nova dinâmica na relação com os utentes. Foi este empenho e dedicação de toda a estrutura da Gespaços que permitiu atingir o objetivo a que nos propusemos, ou seja, manter a empresa com resultados sustentáveis.

Assim, olhamos para o ano de 2016, como mais um ano em que foram ultrapassados enormes desafios e muitas dificuldades, pese embora ter sido possível atingir as principais metas a que se propôs esta administração da Empresa Municipal. Essencialmente, foi invertida a tendência de diminuição continuada de utentes, problema que se vinha a sentir desde 2012 e acentuada no segundo semestre de 2013. Esta inversão foi possível graças a uma nova política de incentivos e de preocupação para com os utentes, nomeadamente com a criação de novos modelos de adesão aos nossos equipamentos.

Como entidade executória das políticas do Município e competindo à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, tudo tem sido feito de forma contratual e com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A gestão eficiente dos recursos públicos foi, é e será, uma obrigação assumida pelo Conselho de Administração, sempre com uma preocupação diária em melhorar a qualidade da prestação de serviços a todos os munícipes, nomeadamente aos seus utentes.

Em nome do Conselho de Administração não podemos deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas/entidades:

- Ao acionista único da Empresa Municipal, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;

- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais, enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade, e o Parque Urbano de Paços de Ferreira enquanto equipamento de lazer e bem-estar, que proporciona à cidade e aos cidadãos um alargamento da dinâmica de fruição dos acessos e interligações urbanas entre as ruas que o ladeiam e os equipamentos e serviços de lazer circundantes numa perfeita relação de continuidade;
- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2016 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que têm mostrado uma grande confiança na Gespaços.

Paços de Ferreira, 23 de março de 2017

José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:



Dando cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2016.

## 1. Introdução

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “*Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.*”

## 2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal foi constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Desde logo se apresentou, pelo seu objecto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir, incluindo equipamentos culturais e de lazer.

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, como vimos, o objeto social da Gespaços passou a ser “*Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.*”

A Empresa tem vindo a prestar ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa, na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Os apoios ao movimento associativo desportivo têm sido processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.



A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspectiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Interfreguesias.

Na gestão dos equipamentos, a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

Sendo 2016 o décimo sexto ano de existência da Empresa Municipal, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas, mantendo uma boa relação com os seus clientes/utentes;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infra-estruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal nº 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira), bem como os polivalentes dos Centros Escolares e da Escola Secundária de Freamunde.
- Gestão, quanto à limpeza e vigilância do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme havia sido protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através do Contrato-Comodato.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida durante o período de 2016:

## **2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas**

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objecto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, acionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como a entidade capaz de prosseguir os objectivos do município e concedeu-lhe a enorme responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente o Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). A partir de Janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em Janeiro de 2009 foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em Abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF, para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A orientação da Administração da Empresa passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do mesmo, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de Março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção, entretanto reforçada, existente na Empresa Municipal, foi possível alargar a prestação deste tipo de serviços a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, deu-se continuidade ao trabalho de apoio aos clubes, sendo o Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. O Projeto Sénior teve continuidade, tendo em vista combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*".

A abertura, em 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira com uma imagem renovada e adequada e à altura da qualidade do espaço que integra. A Gespaços tem contratualizado com o Município de Paços de Ferreira a gestão deste equipamento, no que concerne à limpeza e vigilância do mesmo.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.





## 2.2. Desenvolvimento dos Projetos

Concluídos e fechados que estão os projetos no âmbito da eficiência energética, que abrangeram a Piscina de Paços de Ferreira, Piscina de Freamunde, Pavilhão de Paços de Ferreira e Pavilhão de Modelos, importa agora consolidá-los e aferir da sua sustentabilidade em velocidade cruzeiro, sendo agora necessário aumentar a potência de energia da caldeira a *pellets* instalada na piscina de Freamunde, à imagem do que foi feito em Paços de Ferreira.

Por outro lado, a Gespaços tem em curso uma outra candidatura ao QREN / ON2, apresentada em regime de *Overbooking*, referente ao Fornecimento e Montagem de Equipamento Desportivo, para o Pavilhão de Paços de Ferreira, que foi aceite e continua em fase de avaliação pela entidade gestora.

### 2.2.1. Escolas de natação e pólo

Durante o ano de 2015, a empresa deu consequência ao plano estratégico delineado pelo executivo municipal, incrementando a prática da natação e afins no seu sentido lato da palavra, pela população do concelho de Paços de Ferreira, criando um universo de utilizadores/utentes que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

Consolidada que foi a autonomização das actividades aquáticas (natação e pólo aquático), com a criação **Clube Aquático Pacense**, a Gespaços manteve o mesmo apoio ao clube para a dinamização e promoção das suas actividades ao nível competitivo, justificando a existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

A Gespaços garante ainda a todos, o ensino da natação em quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hydrocycling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados. Contudo, a empresa pretende aumentar e estender o seu leque de utentes, a todos aqueles que pretendam usufruir do espaço, quer seja piscina, ginásio ou outros, de uma forma livre, sem compromisso horários ou professores de acompanhamento.

### 2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado “Vamos Aprender a Nadar”, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este

programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil e de Freamunde, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa "Vamos Aprender a Nadar", registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

A empresa tem adotado uma política de promoção desta atividade junto dos agrupamentos escolares, procurando assim que o desporto chegue a um leque mais alargado de pessoas, de acordo com as orientações estratégicas emanadas do acionista único da empresa.

### **2.2.3 Apoio ao desporto**

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira. O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Interfreguesias dos últimos anos. A Gespaços continuou com a responsabilidade de organização destes Jogos em 2016, dando seguimento a uma das ações de sucesso dos últimos anos.

Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor, operacionalizaram um conjunto de atividades que envolveram milhares de pacenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente atualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através da operacionalização prestada aos clubes com as inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).



## 2.2.4 Natação para alunos com deficiência

Tem sido usual ao longo do últimos anos apoiar um grupo de pessoas com deficiência, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa "Acesso aos Deficientes", permitindo o acesso gratuito aos cidadãos portadores de deficiência superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, possibilitando, assim, a prática de atividades aquáticas e algumas atividades "cardio-fitness", no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

## 2.2.5 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

## 2.2.6 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, tendo registado uma utilização com número de utilizadores interessante nos últimos anos. A frequência deste espaço, que ultrapassou as **26.000 entradas em 2016**, comprova a grande aceitação da população do Concelho e que se trata de um espaço privilegiado de lazer.

## 2.2.7 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica ao longo do ano de **2016**, com cerca de **79** utentes na sala das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira, o que representa um acréscimo de quase **43%**, em relação a 2015. Contudo, os números dos praticantes desta modalidade no concelho têm subido exponencialmente com a possibilidade de utilizar os Centros Escolares para o efeito.

## 2.2.8 Ginásio

A frequência do ginásio passou a um nível de "frequência elevada" em 2016, com uma procura crescente (durante o ano de **2016**, registaram-se **39.889** entradas no Ginásio), como resultado da política de promoção de angariação de novos utentes levada a cabo pela administração da empresa, com a criação dos "pacote família" e "pacote empresa", bem como de uma maior pré-disposição dos utentes para atividades cardio e, por outro



lado, como resultado da elaboração de planos de treino individualizados e acompanhamento feito por um monitor, por outro.

### 2.2.9 Hidroginástica

Esta atividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes, existindo ao longo de 2016, em termos médios, cerca de **165** inscritos em Paços de Ferreira e **90** inscritos em Freamunde, revelando um acréscimo substancial de utentes.

### 2.2.10 Hidro Cycling

Esta modalidade contava no final do ano de 2016 com **57** utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde, o que significa um aumento de mais de **30%** em relação ao ano anterior, obrigando a empresa a ter de adquirir mais 6 bicicletas adequadas a esta atividade.

### 2.2.11 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático. Durante o ano de 2016, organizámos conjuntamente com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal) e FPN (Federação Portuguesa de Natação), em média, 1 evento por mês. A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respectivos atletas em competição.

### 2.2.12 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*", onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a "mexer", procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o *fitness* e o *boccia* estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

Considerando o sucesso que o projecto tem tido, durante o ano de 2016 demos continuidade e incentivamos o apoio ao mesmo.

### 2.2.13 Outros Projetos

Sob a orientação do município, em 2016 demos continuidade à parceria criada para apoio ao projecto "Percurso Detalhado", que tem por objecto promover a prática desportiva, nomeadamente de natação e ginásio, junto de outras etnias, sempre sob a orientação de um técnico da Câmara Municipal.

## 2.2.14 Frequência do complexo das Piscinas

A quantidade de entradas em todas as modalidades, no ano de 2016, resume-se nos seguintes quadros:

### Piscinas de Freamunde - ano 2016

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cartão Múltiplo	432	441	479	494	486	439	379	0	447	600	631	228
Hidrobike	79	94	91	76	91	82	59	0	117	155	139	69
Hidroginástica	317	319	355	392	432	459	412	0	492	655	710	397
Natação com Professor	693	681	647	719	662	652	429	0	504	865	830	417
Natação Mensalidade Ilimitada	133	145	156	148	144	118	80	0	233	170	183	67
Natação Terapêutica	34	29	26	27	31	24	26	0	11	18	14	10
Utilização Livre Piscina	313	316	493	450	448	744	779	0	595	481	355	276
Desporto Escolar	107	38	183	60	70	13	0	0	11	124	126	21
Grupos Privados	60	72	42	38	93	97	85	0	192	168	80	61

Total de Entradas em 11 meses:	<b>26965</b>
Média de Entradas Mês:	<b>2451</b>
Média de Entradas Dia:	<b>82</b>



## Piscina de Paços de Ferreira - Ano 2016

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	377	338	333	354	355	315	252	0	143	277	236	174
Cartão Múltiplo	3214	3887	3989	4168	3548	3531	2799	0	2920	3431	2852	2422
Hidrobike	117	130	131	126	150	125	115	0	110	151	133	124
Ginásio Mensalidade Ilimitada	109	132	177	183	176	194	198	0	148	173	230	201
Hidroginástica	621	700	616	653	794	800	771	0	724	860	810	621
Natação com Professor	493	503	464	467	504	496	479	0	400	625	531	414
Natação Mensalidade Ilimitada	194	168	198	200	172	197	152	0	139	165	171	173
Natação Terapêutica	7	3	12	8	5	6	6	0	8	7	7	3
Utilização Livre Piscina	681	652	674	652	604	808	838	0	812	667	556	525
Utilização Livre Ginásio	154	120	120	130	112	122	87	0	96	80	92	94
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	2921	12425	9576	1815	0	0	0
Desporto Escolar	222	254	103	137	139	11	0	0	10	238	266	87
Grupos Privados	970	860	985	956	1048	1140	920	0	682	963	1065	920

Total de Entradas em 11 meses:

105984

Média de Entradas Mês:

9635

Média de Entradas Dia:

321



## 2.3 Responsabilidade Social

Mantiveram-se em vigor os protocolos de colaboração com a Ordem dos Advogados, Montepio Geral, com a AGM – Associação do Grupo os Mosqueteiros, e com a Universidade Sénior de Paços de Ferreira.

De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Centro Infante-Juvenil "António F. Gomes", QVC, Profisousa, Associação Empresarial de Paços de Ferreira; MaisForm, Colégio Encosta dos Sonhos, Colégio Marca d'Água, entre outros) e as entidades que se dedicam à protecção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

## 2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

Foi criado o novo site da Gespaços, mais dinâmico e mais interativo, que paralelamente com o *faceboock* entretanto criado, tem por objetivo comunicar mais rapidamente com os nossos utentes e, por outro lado, atingir um público-alvo diferenciado.

## 2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2016 a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e



condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

### Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

### Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2016 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias

para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

### Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 2.093,13 Euros, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 5-8-2011.

### Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.047,24 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

### Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.





A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 1.759,74 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

#### Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 19-3-2010, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 8.556,65 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

#### Parque Urbano de Paços de Ferreira

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2018 as competências de vigilância / limpeza do Parque Urbano.

Foi celebrado um contrato-programa com a CMPF para Vigilância / Limpeza do Parque Urbano de Paços de Ferreira em 2008, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.364,48 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Importa referir que ainda não foi revisto o Contrato Programa para Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme estipula a cláusula 7ª do atualmente em vigor e datado de 28 de Setembro de 2010, com a alteração verificada em 11 de Janeiro de 2011.

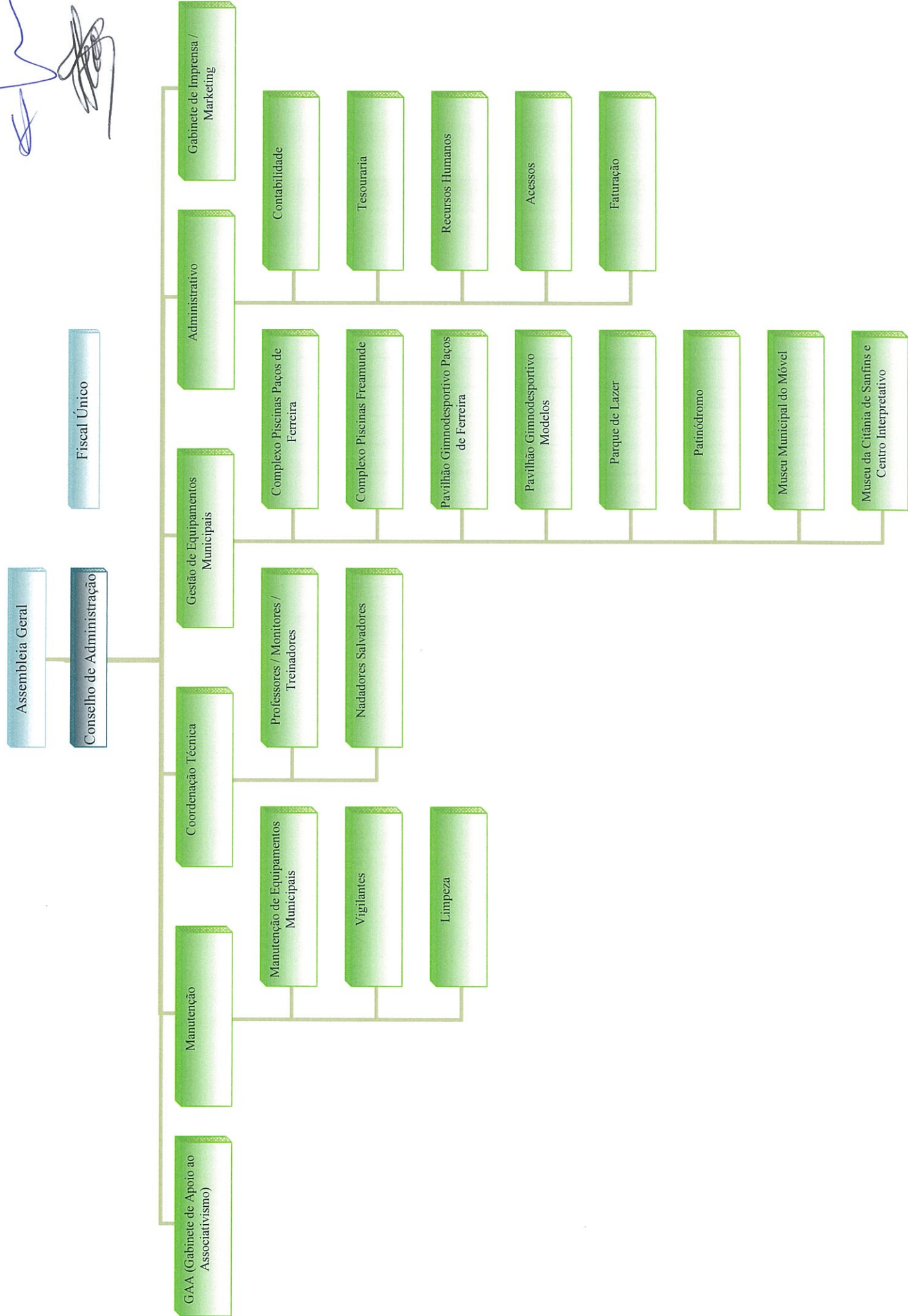
### **3. A organização administrativa e os Recursos Humanos**

O Conselho de Administração da Gespaços, durante o ano de 2016, acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa.



Em 31 de Dezembro de 2016, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:

<b>Função</b>	<b>Número</b>
Presidente do Conselho de Administração	1
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	5
Nadadores Salvadores	5
Monitores	5
Administrativos	7
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	5
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	17
Contratos a Termo	31
<b>Total</b>	<b>90</b>





# SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



## 1. Enquadramento macroeconómico

De acordo com a previsão apresentada, o FMI estimou para 2016 um crescimento da economia mundial na ordem dos 3,4%, com natural referência à recuperação da economia dos Estados Unidos e do Japão, acreditando num melhor desempenho das economias emergentes.

Na Europa, as previsões mais catastróficas de risco eminente de deflação, não se verificaram, estimando-se para a economia europeia um crescimento de 1,6% em 2016.

Contudo e sob o efeito da lenta recuperação dos efeitos da crise das Dividas Públicas, o crescimento da economia real continua ainda limitado sob o efeito dos vários programas de austeridade e altas taxas de desemprego, em bora com ligeiras melhorias em 2016. A dívida elevada, pública e privada, associada a uma inflação baixa, os constrangimentos financeiros que limitam ainda a oferta de moeda na economia e a elevada taxa de desemprego (12%) mantiveram a procura doméstica débil, facto parcialmente compensado por algum dinamismo nas exportações.

Quanto à economia Portuguesa, depois de um bom desempenho no segundo semestre de 2016, assente no aumento do consumo das famílias e uma melhoria considerável das exportações, o PIB interno de 2016 cifrou-se um pouco acima do 1,5%, estimando-se para 2017 que possa passar os 2% de crescimento.

## 2. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no décimo sexto ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e conseqüentemente dos resultados, relativamente aos períodos anteriores.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, alavancado pelo carácter eminentemente social desses serviços que presta, numa estreita colaboração com o município de Paços de Ferreira.



## 2.1. Rendimentos e Gastos

### Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, depois da recuperação conseguida em 2015 e consolidação em 2016, já que este foi de novo marcado pela entrada de novos utentes, por força de um conjunto de políticas de incentivo à utilização dos nossos espaços, foi possível estabilizar economicamente a empresa. Este aumento é notório pelo impacto que teve ao nível das Indemnizações Compensatórias faturadas à Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Contudo, estabilizaram-se os valores faturados aos utilizadores dos Pavilhões Municipais e Pavilhões das EB2 e 3 sob gestão da Gespaços.

	2016	2015	2014
<b>Vendas e Prestações de serviços:</b>	<b>465.588 €</b>	<b>1.521.253 €</b>	<b>1.456.299 €</b>
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	163.697 €	1.126.833 €	1.182.669 €
Utentes	251.846 €	226.779 €	229.046 €
Outras entidades	50.045 €	167.641 €	44.584 €
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>1.457.931 €</b>	<b>233.046 €</b>	<b>206.015 €</b>
Subsídios de outras entidades	0 €	13.235 €	2.001 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.457.931 €	219.812 €	204.014 €
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>402.495 €</b>	<b>238.834 €</b>	<b>247.533 €</b>
Aluguer de Equipamento	36.349 €	30.188 €	37.021 €
Outros rendimentos suplementares	1.203 €	782 €	4.401 €
Recuperação de dívidas	3.659 €	2.000 €	460 €
Imputação de Subsídios para Investimentos	195.810 €	181.880 €	166.454 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	165.474 €	23.985 €	39.197 €
<b>Total ...</b>	<b>2.326.014 €</b>	<b>1.993.134 €</b>	<b>1.909.848 €</b>

	2016	2015	2014
<b>Vendas e Prestações de serviços:</b>	<b>20,02%</b>	<b>76,32%</b>	<b>76,25%</b>
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	35,16%	74,07%	81,21%
Utentes	54,09%	14,91%	15,73%
Outras entidades	10,75%	11,02%	3,06%
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>62,68%</b>	<b>11,69%</b>	<b>10,79%</b>
Subsídios de outras entidades	0,00 %	5,68%	0,97%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	100,00 %	94,32%	99,03%
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>17,30%</b>	<b>11,69%</b>	<b>10,34%</b>
Aluguer de Equipamento	9,03%	12,64%	14,96%
Outros rendimentos suplementares	0,30%	0,33%	1,78%
Alienações	0,91%	0,84%	0,19%
Imputação de Subsídios para Investimentos	48,65%	76,15%	67,25%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	41,11%	10,04%	15,84%
<b>Total ...</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 2.129.057 € em 2016, dividem-se em grande medida:

	2016	2015	2014
Fornecimentos e Serviços Externos	475.618 €	497.317 €	587.156 €
Gastos com o Pessoal	1.057.769 €	864.001 €	775.197 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	23.184 €	48.769 €	0 €
Outros Gastos e Perdas	49.911 €	13.809 €	19.001 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	522.575 €	506.457 €	476.775 €
<b>Total ...</b>	<b>2.129.057 €</b>	<b>1.930.354 €</b>	<b>1.858.130 €</b>

	2016	2015	2014
Fornecimentos e Serviços Externos	22,34%	25,76%	31,60%
Gastos com o Pessoal	49,68%	44,76%	41,72%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1,09%	2,53%	0,00%
Outros Gastos e Perdas	2,34%	0,72%	1,02%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	24,54%	26,24%	25,66%
<b>Total ...</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

- Os Custos com Pessoal em 2016, o valor ascendeu a 1.057.769 €.
- e pelos FSE no montante de 475.618 €, dos quais de destacam os custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, os custos com a eletricidade, água, honorários, limpeza, tratamento químico da água e outros custos com a conservação das piscinas.

Fazendo uma análise rápida à rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, em grandes categorias, podemos facilmente reparar na redução da rubrica outros fluídos, resultante da conclusão do projeto de eficiência energética..



Fornecimentos e serviços externos	2016	2015	2014
Eletricidade	106.636 €	103.268 €	98.349 €
Combustíveis	3.064 €	3.851 €	7.310 €
Água	61.450 €	70.459 €	58.082 €
MAZOOOTE/PALLETS - Outros fluidos	125.750 €	170.941 €	229.789 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24.797 €	16.763 €	4.863 €
Material de escritório	9.071 €	6.801 €	3.860 €
Rendas e alugueres	0 €	164 €	1.697 €
Comunicação	4.747 €	5.452 €	6.444 €
Seguros	9.879 €	11.534 €	7.991 €
Deslocações e estadas	0		
Honorários	27.594 €	30.745 €	88.897 €
Conservação e reparação	48.969 €	22.568 €	13.908 €
Publicidade e propaganda	0 €	24 €	545 €
Limpeza, Higiene e Conforto	27.436 €	20.528 €	17.566 €
Trabalhos especializados	17.020 €	25.334 €	27.250 €
Outros fornecimentos e serviços	9.204 €	8.885 €	20.604 €
<b>Total</b>	<b>475.618 €</b>	<b>497.317 €</b>	<b>587.156 €</b>

## 2.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2016, foi apurado um resultado líquido do período positivo de € 157.221 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e um euros).

Resultados	2016	2015	2014
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</b>	<b>719.532 €</b>	<b>569.238 €</b>	<b>528.494 €</b>
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	<i>-522.576 €</i>	<i>-506.458 €</i>	<i>-476.775 €</i>
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):</b>	<b>196.956 €</b>	<b>62.780 €</b>	<b>51.718 €</b>
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	<i>-27.853 €</i>	<i>-40.449 €</i>	<i>-50.153 €</i>
<b>Resultado antes Impostos:</b>	<b>169.103 €</b>	<b>22.331 €</b>	<b>1.565 €</b>
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	<i>-11.882 €</i>	<i>-6.546 €</i>	<i>-1.416 €</i>
<b>Resultado Líquido do Período:</b>	<b>157.221 €</b>	<b>15.785 €</b>	<b>150 €</b>

## 2.3. Situação Patrimonial

### Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2016, tal como já o fora em 2015 e 2014, diz respeito à Rubrica – Outras Variações no Capital Próprio (contribuindo para que o total do Capital Próprio ser superior ao Capital Social). Ver nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

<b>Capital Próprio</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Capital Social:	11.358.894 €	11.358.894 €	11.358.894 €
Resultados transitados:	-727.945 €	-743.731 €	-743.880 €
Outras Variações no Capital Próprio:	685.328 €	826.319 €	976.681 €
<b>Subtotal:</b>	<b>11.316.277 €</b>	<b>11.441.482 €</b>	<b>11.591.694 €</b>
Resultado Líquido do Período:	157.221 €	15.785 €	150 €
<b>Total do Capital Próprio:</b>	<b>11.473.498 €</b>	<b>11.457.268 €</b>	<b>11.591.844 €</b>

## Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem muita atenção. Registou-se, em 2016, uma diminuição do Passivo Corrente em relação a 2015, motivado pela liquidação total da conta caucionada e do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, tudo na Caixa Geral de Depósitos, bem como pelo pagamento a fornecedores. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Total do Capital Próprio:</b>	<b>11.473.498 €</b>	<b>11.457.268 €</b>	<b>11.591.844 €</b>
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>178.534 €</b>	<b>228.394 €</b>	<b>332.351 €</b>
Financiamentos Obtidos	0 €	0 €	72.727 €
Passivo por impostos diferidos	178.534 €	228.394 €	259.624 €
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1.025.771 €</b>	<b>1.286.627 €</b>	<b>1.903.027 €</b>
Fornecedores	537.592 €	619.920 €	668.261 €
Estado e Outros Entes Públicos	24.079 €	68.733 €	62.258 €
Financiamentos Obtidos	305.000 €	472.727 €	655.591 €
Outras Contas a Pagar	158.100 €	124.247 €	511.882 €
Diferimentos	1.000 €	1.000 €	5.035 €
<b>Total do Passivo:</b>	<b>1.204.305 €</b>	<b>1.515.021 €</b>	<b>2.235.378 €</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo:</b>	<b>12.677.803 €</b>	<b>12.972.289 €</b>	<b>13.827.222 €</b>

	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Total do Capital Próprio:</b>	<b>90,50%</b>	<b>88,32%</b>	<b>83,83%</b>
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>14,82%</b>	<b>1,76%</b>	<b>2,40%</b>
<b>Passivo Corrente</b>	<b>85,18%</b>	<b>9,92%</b>	<b>13,77%</b>
<b>Total do Passivo:</b>	<b>9,50%</b>	<b>11,68%</b>	<b>16,17%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo:</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



**Ativo**

Em 2016, na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2016 mas a faturar à CMPF no decurso de 2017. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ativo	2016	2015	2014
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>11.424.947 €</b>	<b>11.837.182 €</b>	<b>12.319.413 €</b>
Ativos Fixos Tangíveis	11.409.457 €	11.836.780 €	12.319.412 €
Outros activos financeiros	1.148 €	382 €	0 €
Activos por impostos diferidos	14.342 €	0 €	0 €
<b>Ativo Corrente</b>	<b>1.252.856 €</b>	<b>1.135.107 €</b>	<b>1.507.810 €</b>
Clientes	340.245 €	388.591 €	990.577 €
Estado e Outros Entes Públicos	62.202 €	14.064 €	19.073 €
Outras Contas a Receber	801.886 €	714.952 €	483.808 €
Diferimentos	3.783 €	3.287 €	10.746 €
Caixa e Depósitos Bancários	44.740 €	14.213 €	3.606 €
<b>Total do Ativo:</b>	<b>12.677.803 €</b>	<b>12.972.289 €</b>	<b>13.827.222 €</b>

**2.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)**

Verificou-se uma redução, em 2016, do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, de 84 dias.

Descrição	2016	2015	2014
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	301	385	310

**2.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)**

Verificou-se, neste indicador, uma diminuição do Prazo Médio em 2015, de 35 dias.

Descrição	2016	2015	2014
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	54	89	186

## 2.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.

## 2.7 Factos relevantes

Importa aqui referir dois aspetos importantes a ter em conta, direta ou indiretamente, nos resultados apurados no exercício de 2016

### 2.7.1. Liquidação de IVA

O Município de Paços de Ferreira solicitou os serviços de uma consultora, a Deloitte & Associados, SROC S. A. no sentido de aferir do enquadramento do IVA, no que concerne à liquidação efetuado pela Gespaços, E.M., S.A., quanto aos contratos programa e contratos de gestão.

De acordo com o entendimento da Deloitte, os contratos programa não estão sujeitos a IVA, uma vez que configuram subsídios. Por isso, a empresa municipal deixou de liquidar este imposto a partir de janeiro de 2015.

Quanto aos contratos de gestão, foi ainda entendimento desta entidade consultora solicitar um Pedido de Informação Vinculativa ("PIV") à Autoridade Tributária ("AT"), tendo em vista aferir qual o regime de IVA aplicável às transferências recebidas do Município a título de indemnizações compensatórias.

Ora, na resposta ao PIV apresentado, a AT foi ao encontro do entendimento da Deloitte, tendo concluído que as indemnizações em causa não são tributadas em IVA, de facto a AT conclui que *"As indemnizações compensatórias efetuadas pelo Município de Paços de Ferreira à Gespaços, com vista à participação financeira e repartição de encargos entre as duas entidades, correspondendo a um valor, estipulado com base na diferença de valores entre a receita obtida e o custo real ... determinado previamente ... configuram meras transferências financeiras ... não configura qualquer prestação de serviços ou entrega de bens para efeitos de IVA pois, constituem atividades fora do campo do imposto caso fossem levadas a cabo diretamente pelo município."*

Assim e face ao entendimento da Deloitte e ao parecer da AT de que as indemnizações compensatórias passam a configura subsídios e deixam de ser tratados como prestação de serviços, a Gespaços deixou de liquidar IVA também nos contratos de Gestão, da Piscina de Paços de Ferreira, da Piscina de Freamunde e do Pavilhão de Paços de Ferreira, com efeitos a janeiro de 2017 e procedeu em 2016 à

regularização deste imposto faturado em dezembro de 2014, devendo proceder à regularização correspondente a 2015 e 2016 em 2017.

### **2.7.2. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF**

A Gespaços mantinha uma dívida à entidade/empresa Águas de Paços de Ferreira, S.A. desde maio de 2010, sendo certo que desde fevereiro de 2016 os montantes devidos pelo fornecimento de água e drenagem de águas residuais estavam integralmente pagos. Essa dívida (maio de 2010 a fevereiro de 2016) ascendia ao valor de € 355.148,80.

Foi possível em 21 de março do corrente, chegar a um acordo extra judicial com a dita entidade, no sentido de a empresa municipal pagar o valor integral de € 202.299,20 à citada AdPF, considerando-se esta integralmente paga de todas as quantias que eventualmente pudesse ter direito até à presente data.



# EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA





O Conselho de Administração espera que a atividade da Gespaços continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar, de forma cada vez mais eficiente, a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, conseqüentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados.

No entanto, há que ter em consideração que a eficiência económica e financeira prosseguida pelo Conselho de Administração, leva-nos a ter em mente a prestação de serviços de uma forma mais competitiva para mantermos vivo o objetivo, nem que seja paralelo, da diminuição da importância nas receitas da empresa do cliente Câmara Municipal.

Esperamos que, com a experiência já em curso, se confirme que os custos com a energia venham a ser reduzida na ordem dos 25%-30% nas Piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e nos Pavilhões de Paços de Ferreira e Modelos, fazendo diminuir o peso dos FSE nos custos operacionais da Empresa Municipal, por força da implementação do sistema de energias renováveis naqueles 4 equipamentos desportivos, em detrimento da fonte de energia de sempre, que é o *Mazote*.

Com estas medidas além da redução direta dos custos de funcionamento dos equipamentos, foi possível obter a Certificação Energética dos Edifícios Desportivos Municipais, um dos grandes objetivos atingidos.



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período, positivo de € **157.221,00** (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e um euros), transite para o período seguinte através da conta de Resultados Transitados.





## CONSIDERAÇÕES

## FINAIS



Mais uma vez, o Conselho de Administração deseja expressar o maior reconhecimento pelo espírito de entreajuda e pela importante colaboração, prestada por todos aqueles que de alguma forma prestam serviços à nossa Empresa Municipal, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram connosco no ano de 2016.

Importa, muito especialmente, agradecer a confiança depositada na empresa, pelo seu acionista único – **município de Paços de Ferreira** - que não sairá, cremos nós, em circunstância alguma defraudada, antes pelo contrário, sabendo que este olhará sempre para a Gespaços, com uma visão de “parceiro” e de uma forma atenta.

Paços de Ferreira, 23 de março de 2017



José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

## ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

### PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

- Os membros do Conselho de Administração não têm qualquer participação no capital social.
- O Fiscal Único não tem qualquer participação no capital social.

### ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ERAM DETENTORES DE, PELO MENOS, 10% DO CAPITAL SOCIAL

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - 100% do Capital Social

Paços de Ferreira, 23 de março de 2017

  
José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Handwritten signature and stamp in blue ink, located in the top right corner of the page.

## DEMONSTRAÇÕES

## FINANCEIRAS

**Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.**  
 Rua Capitão da Praça  
 4590-570 PAÇOS DE FERREIRA  
 CAPITAL SOCIAL: 11.358.894,07 €  
 Matriculada na C.R.C. de Paços de Ferreira sob o nº 00001/010710  
 Contribuinte nº 505 317 982

**BALANÇO**

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	7	11.409.457,49	11 836 799,52
Outros activos financeiros	5	1.148,18	382,70
Activos por impostos diferidos		14.341,93	
		<b>11.424.947,60</b>	<b>11 837 182,22</b>
<b>Activo corrente</b>	8		
Clientes	14	340.244,82	388 590,89
Estado e outros entes públicos	9	62.201,63	14 063,99
Outras créditos a receber	10	801.885,92	714 951,79
Diferimentos	4	3.783,01	3 286,60
Caixa e depósitos bancários		44.739,90	14 213,42
		<b>1.252.855,28</b>	<b>1 135 106,69</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>12.677.802,88</b>	<b>12 972 288,91</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	11		
Capital subscrito	11	11.358.894,07	11 358 894,07
Resultados transitados	11	(727.945,48)	(743 730,68)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	11	685.327,99	826 319,01
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>157.221,12</b>	<b>15 785,20</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>11.473.497,70</b>	<b>11 457 267,60</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>	12		
Passivos por impostos diferidos	15	178.534,23	228 394,02
		<b>178.534,23</b>	<b>228 394,02</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	537.592,12	619 920,18
Estado e outros entes públicos	14	24.078,77	68 732,72
Financiamentos obtidos	12	305.000,00	472 727,26
Outras dívidas a pagar	15	158.100,06	124 247,13
Diferimentos	10	1.000,00	1 000,00
		<b>1.025.770,95</b>	<b>1 286 627,29</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.204.305,18</b>	<b>1 515 021,31</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>12.677.802,88</b>	<b>12 972 288,91</b>

Técnico Oficial De Contas



CE nº 62433

A Administração













**Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.**

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	+	16	465.587,84	1 521 253,49
Subsídios à exploração	+	19	1.457.930,75	233 046,41
Fornecimentos e serviços externos	-	17	(475.618,03)	(497 316,60)
Gastos com pessoal	-	18	(1.057.768,80)	(864 001,38)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(23.184,38)	(48 769,29)
Outros rendimentos	+	20	402.495,62	238 834,24
Outros gastos	-	21	(49.911,23)	(13 809,14)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		719.531,77	569 237,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(522.575,66)	(506 457,64)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		196.956,11	62 780,09
Juros e gastos similares suportados	-	22	(27.853,13)	(40 449,00)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		169.102,98	22 331,09
Imposto sobre rendimento do período	-/+	23	(11.881,86)	(6 545,89)
<b>Resultado líquido do período</b>	=		157.221,12	15 785,20

Técnico Oficial De Contas



CC nº 62h33

A Administração





## Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

Unidade monetária (1)

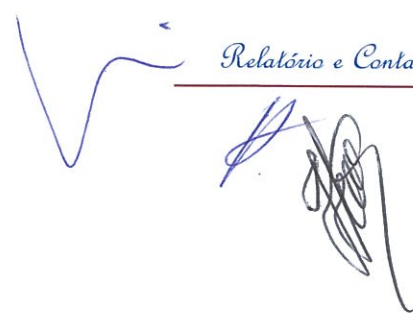
RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes	+	2.273.468,32	2.145.700,40
Pagamentos a fornecedores	-	(828.259,51)	(594.364,18)
Pagamentos ao pessoal	-	(649.035,68)	(622.252,86)
Caixa gerada pelas operações	+/-	796.173,13	929.083,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	17,09	(6.545,89)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(496.854,97)	(394.827,03)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>299.335,25</b>	<b>527.710,44</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(95.233,63)	(391.797,87)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		2.000,00
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	22.005,25	177.748,80
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>(73.228,38)</b>	<b>(212.049,07)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	0,00	228.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(167.727,26)	(483.590,90)
Juros e gastos similares	-	(27.853,13)	(49.463,29)
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>(195.580,39)</b>	<b>(305.054,19)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>30.526,48</b>	<b>10.607,18</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	14.213,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	44.739,90

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração





**ANEXO ÀS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS***(valores expressos em euros)***31 de Dezembro de 2016****1. Identificação da entidade**

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

#### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciáveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	5-20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.





O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”, respetivamente.

#### **Imparidade em ativos fixos**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

#### **Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

#### **Instrumentos financeiros**

##### **i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores**

As dívidas de “*Clientes*” e “*Outros Devedores*” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “*Clientes*” e “*Outros Devedores*” de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

##### **ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores**

As dívidas a “*Fornecedores*” e “*Outros Credores*” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

### Caixa e seus equivalentes

A rubrica "*Caixa e equivalentes de caixa*", inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

### Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Especialização do Período

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

### Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.



### Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de período seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

### Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.



**Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

#### **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

#### **4. Fluxo de caixa**

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	5 498	3 861
Depósitos bancários	39 242	10 352
<b>Total....</b>	<b>44 740</b>	<b>14 213</b>

#### **5. Outros activos financeiros**

O valor desta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação Salarial

## 6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2016	Saldos a receber em 2015	Saldos a pagar em 2016	Saldos a pagar em 2015
Câmara Munic. Paços de Ferreira - C/C	216.603	259.598	0	0
<b>Total ...</b>	<b>216.603</b>	<b>259.598</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2016	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2015	Compras em 2016	Compras em 2015
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1.634.547	1.368.265	0	0
<b>Total ...</b>	<b>1.634.547</b>	<b>1.368.265</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os montantes de 2016 relativo às partes relacionadas inclui um total de 163.697€ a título de Prestações de Serviços, 1.457.930€ em subsídios à exploração dos quais em Indemnizações Compensatórias são 1.238.118 euros, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2016, do qual falta faturar à CMPF o montante de 612.560 e os restantes referentes aos contratos-programa de 219.812€.

Relativamente a Outros Rendimentos o valor é de 12.920 euros relativos á refaturação de custos dos Jogos Concelhios, bem como o aluguer do palco e da aparelhagem sonora.

## 7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
<b>1 de Janeiro de 2015</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	13.189.266	358.710	35.450	83.690	46.014	404.644	14.117.774
Depreciação acumulada	1.467.320	179.968	31.141	77.973	41.960	0	1.798.361
<b>Valor líquido</b>	<b>11.721.946</b>	<b>178.742</b>	<b>4.309</b>	<b>5.718</b>	<b>4.054</b>	<b>404.644</b>	<b>12.319.413</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015	11.721.946	178.742	4.309	5.718	4.054	404.644	12.319.413
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	16.961	0	6.883	0	0	0	23.844
Alienações	0	0	26.450	0	0	0	26.450
Transferências	0	404.644	0	0	0	-404.644	0
Depreciação do exercício	455.123	47.748	938	1.227	1.422	0	506.458
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>11.283.785</b>	<b>535.638</b>	<b>-16.196</b>	<b>4.490</b>	<b>2.632</b>	<b>0</b>	<b>11.810.350</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	13.206.227	763.354	15.883	83.690	46.014	0	14.115.168
Depreciação acumulada	1.922.442	227.716	5.629	79.200	43.382	0	2.278.369
<b>Valor líquido</b>	<b>11.283.785</b>	<b>535.638</b>	<b>10.255</b>	<b>4.490</b>	<b>2.632</b>	<b>0</b>	<b>11.836.800</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2016	11.283.785	535.638	10.255	4.490	2.632	0	11.836.800
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	12.000	58.807	0	8.115	16.312	0	95.234
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	455.173	60.869	938	2.537	3.059	0	522.576
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>10.840.612</b>	<b>533.576</b>	<b>9.317</b>	<b>10.068</b>	<b>15.885</b>	<b>0</b>	<b>11.409.457</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	13.218.227	822.161	15.883	91.805	62.325	0	14.210.402
Depreciação acumulada	2.377.615	288.585	6.566	81.737	46.441	0	2.800.945
<b>Valor líquido</b>	<b>10.840.612</b>	<b>533.576</b>	<b>9.317</b>	<b>10.068</b>	<b>15.885</b>	<b>0</b>	<b>11.409.457</b>

## 8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a decomposição era a seguinte:

	2016	2015
Clientes	191 936	177 762
Perdas por imparidade	-68 295	-48 769
Partes relacionadas	216 603	259 598
<b>Total ...</b>	<b>340 245</b>	<b>388 591</b>

A dívida de clientes em 2016 com prazo até 90 dias cifra-se em 236.437,35 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 16.938,89 euros e a dívida superior a 180 dias é de 155.163,47 euros.



## 9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Outras contas a receber	180.769	16.758
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (liquido)	180.769	16.758
Outras contas a receber de partes relacionadas	621.117	698.194
<b>Total ...</b>	<b>801.886</b>	<b>714.952</b>

O montante relativo às partes relacionadas referem-se à faturação a emitir no montante de 612.560 euros, referente às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2016 e a faturar à CMPF no decurso de 2017.

## 10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2016	2015
Seguros e Outros gastos	3 783	3 287
Rendas e Subsídios	(1 000)	(1 000)
<b>Total ...</b>	<b>2 783</b>	<b>2 287</b>

## 11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de Dezembro de 2016 ascendia a 11.358.894 euros, representado por 189 314 901 (cento e oitenta e nove milhões trezentos e catorze mil novecentos e uma) ações nominativas e tituladas, com o valor nominal de 0,06 euros (seis cêntimos) cada.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução, após dos saldos de 2016:

	2016	2015
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(743.730)	(743.880)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	15785	150
Anulação do subsídio ao investimento	0	0
<b>Resultados Transitados - Saldo Final</b>	<b>(727.945)</b>	<b>(743.730)</b>

A rubrica de “Outras Variações no Capital Próprio” inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2011 e da Promoção da Eficiência Energético-Ambiental nas piscinas municipais de Paços e Ferreira e Freamunde

e nos pavilhões de municipais de Paços de Ferreira e Modelos, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2013.

## 12. Financiamentos obtidos

O financiamento obtido está, na sua integralidade, denominados em euros e compreendem:

Crédito em regime de conta corrente - Em 7 de Maio de 2013 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de conta corrente contraída junto da entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes, C.R.L., para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros). O capital utilizado vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior e acrescida de um “spread” de 5,5%. A 8 de Novembro de 2013, passado um semestre o Spread foi corrigido para 6,5%. A 31 de Dezembro de 2016 estava utilizado desta conta o montante de 305.000,00 euros.

Este contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente, tem associada uma hipoteca sobre o prédio urbano, composto por edifício de dois pisos e logradouro sito na Rua Padre Arnaldo Meireles, da freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paços de Ferreira sob o número dois mil, duzentos e vinte de Freamunde, registado a favor da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A., inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 3059, com o valor patrimonial de 1.575.961,80 euros.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 seguinte decomposição:

	2016	2015
Empréstimos bancários	305 000	472 727
Loações financeiras		
Participantes de capital - suprimentos		
<b>Total ...</b>	<b>305 000</b>	<b>472 727</b>
<b>Dívida não corrente</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dívida corrente ...</b>	<b>305 000</b>	<b>472 727</b>

## 13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Fornecedores e outros credores	537 592	619 902
Partes relacionadas	0	0
<b>Total ...</b>	<b>537 592</b>	<b>619 902</b>

A dívida de fornecedores em 2016 com prazo até 90 dias cifra-se em 51.360,83 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 28.044,81 euros e a dívida superior a 180 dias é de 458.186,36 euros.

#### 14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2016	2015
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	5.728	14.064
Imposto sobre o Valor Acrescentado	56.474	0
<b>Total ...</b>	<b>62.202</b>	<b>14.064</b>

Saldos Credores	2016	2015
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0	47 579
Imposto sobre Rend. P. Singulares	2 478	2 478
Contribuições para a Segurança Social	21 402	18 675
Outras tributações	199	0
<b>Total ...</b>	<b>24 079</b>	<b>68 733</b>

Relativamente ao Imposto de Valor Acrescentado, após parecer vinculativo da Autoridade Tributária, entendeu esta que não haveria lugar a liquidação do IVA nas Indeminizações Compensatórias, o que gerou uma regularização em sede deste imposto.

No ano de 2016 foram regularizados 122.623,84€ relativo a faturas emitidas em Dezembro de 2014. No ano de 2017 será regularizado referente a faturas emitidas em 2015 e 2016 a título de Indeminizações Compensatórias um total de 469.545,57€

#### 15. Outras contas a pagar

##### 15.1 Outras contas a pagar – Passivo corrente

Resumindo, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Saldos Credores	2016	2015
Fornecedores de Investimento	0	0
Remunerações a liquidar	137 955	116 212
Juros a liquidar	0	0
Outros acréscimos de gastos	19 607	7 342
ON2 - Parque Urbano	0	0
Outros	538	692
<b>Total ...</b>	<b>158 100</b>	<b>124 247</b>



**15.2 Passivo não corrente - Passivos por impostos diferidos**

Saldos Credores	2015	2015
ON2 - Parque Urbano	178.534	228.394
<b>Total ...</b>	<b>178.534</b>	<b>228.394</b>

**16. Vendas e Prestações de Serviços**

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2016 e de 2015, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2016	2015
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	163 697	1 126 833
Utentes	251 846	226 779
Outras entidades	50 045	167 641
<b>Total ...</b>	<b>465 588</b>	<b>1 521 253</b>

Face ao parecer da AT, as indemnizações compensatórias passam a configurar subsídios e deixam de ser tratados como prestação de serviços.

**17. Fornecimentos e serviços externos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Outros Flúidos	125 750	170 941
Electricidade	106 636	103 268
Honorários	27 594	30 745
Água	61 450	70 459
Conservação e Reparação	48 969	22 568
Limpeza, higiene e conforto	27 436	20 528
Trabalhos especializados	17 020	25 334
Ferramentas e utens. desg. rápido	24 797	16 763
Outros	35 966	36 710
<b>Total ...</b>	<b>475 618</b>	<b>497 317</b>

**18. Gastos com o pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Salários e ordenados	846 340	692 648
Gastos com rescisão de contratos	29 140	25 327
Contribuições para a segurança social	174 096	140 554
Outras despesas c/ pessoal	8 193	5 472
<b>Total ...</b>	<b>1 057 769</b>	<b>864 001</b>

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, medicina no trabalho, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2016 foi de:

	2016	2015
Número médio de empregados	88	65
Número de empregados no fim do período	90	80

#### 19. Subsídios à Exploração

	2016	2015
IEFP	0	13 235
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1 457 931	219 812
<b>Total ...</b>	<b>1 457 931</b>	<b>233 046</b>

Verificar ponto 16

#### 20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Aluguer de Equipamento	36.349	30.188
Outros rendimentos suplementares	1.203	782
Alienações	0	2.000
Imputação de subsídios para Investimentos	195.810	181.880
Outros rendimentos e ganhos não especificados	169.133	23.985
<b>Total ...</b>	<b>402.496</b>	<b>238.834</b>

#### 21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, repartiam-se do seguinte modo:

	2016	2015
Impostos	27.931	148
Correcções relativas a períodos anteriores	15.000	3.646
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento		190
Outros gastos e perdas	6.980	9.825
<b>Total ...</b>	<b>49.911</b>	<b>13.809</b>

## 22. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	27.853	40.449
Outros	0	0
Outros gastos e perdas de financiamento	0	0
Juros obtidos (-)	0	0
<b>Total ...</b>	<b>27.853</b>	<b>40.449</b>

## 23. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Imposto corrente*	15.982	6.546
Imposto diferido	-4.100	0
<b>Total ...</b>	<b>11.882</b>	<b>6.546</b>

A estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada da taxa de 17% sobre a matéria coletável, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada derrama municipal à taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2016 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.



**24. Passivos Contingentes**

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

**25. Divulgações exigidas por diplomas legais**

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2016 e 2015 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2016	2015
Honorários do Revisor Oficial de Contas	6.000	6.000
<b>Total ...</b>	<b>6.000</b>	<b>6.000</b>

**26. Outras Informações**

Não existem outras informações para além daquelas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

**27. Eventos Subsequentes**

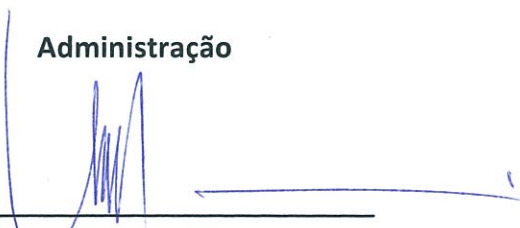
Foi assinado um acordo de pagamento no dia 21/03/2017 coma ADPF – Águas de Paços de Ferreira, S.A., após retirada de duas ações judiciais, do qual resulta de uma redução da dívida em 152.806,13€ .

**28. Data de autorização para emissão**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 23 de Março de 2017.

**Técnico Oficial de Contas**


(Miguel Pinto, T.O.C.nº62433)

**Administração**


(José Henriques Soares)



**CERTIFICAÇÃO LEGAL**  
**DE CONTAS**  
**E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12 677 803 euros e um total de capital próprio de 11 473 498 euros, incluindo um resultado líquido de 157 221 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme divulgado na nota 27 do anexo às demonstrações financeiras, em 21 de março de 2017, foi celebrado um acordo com a ADPF - Águas de Paços de Ferreira, SA, do qual resultou a fixação do valor da dívida a essa entidade em 202 299 euros, que implicou o reconhecimento de um rendimento pela Entidade de 152 806 euros, respeitante à diferença entre a dívida reconhecida antes do referido acordo e a dívida fixada através do acordo. No âmbito do referido acordo, as partes também acordaram os desenvolvimentos a seguir nos processos judiciais em curso, com vista ao respetivo encerramento.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.





## **Responsabilidades do órgão de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 420.º, n.º 1, al. g) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2017



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### *Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2016, a atividade da GESPAÇOS - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*

*Assim, propomos:*

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2016.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 27 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.